

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

- REQUERIMENTO Número /XI
(.ª)
- PERGUNTA Número /XI
(.ª)

Assunto: Falta de transparência nos processos de concessão da exploração dos serviços de hemodiálise

Destinatário: Ministério da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Estado optou por atribuir a concessão da exploração das unidades de hemodiálise sediadas nos hospitais distritais de Beja, Évora, Aveiro e Portalegre, entre outros, à iniciativa privada. A privatização destes serviços não constitui, na realidade, uma inovação, na medida em que o Estado já havia estabelecido inúmeras convenções com operadores privados, que têm assegurado os cuidados de hemodiálise, há largos anos, nas regiões com maior densidade populacional, onde a perspectiva de lucro se revelava extremamente alicianante.

O primeiro concurso promovido, no que se refere ao concessionamento das unidades de hemodiálise instaladas nos hospitais distritais, diz respeito ao centro de hemodiálise de Beja, onde, apesar de ter sido anunciada como proposta mais favorável a pertencente à Pluribus, empresa portuguesa, a concessão acabou por ser atribuída a uma multinacional norte-americana (NMC), cuja posição foi posteriormente adquirida pela empresa alemã Fresenius.

As adjudicações, firmadas há largos anos, têm sido objecto de prorrogações, sem que ninguém conheça os critérios que nortearam a dilatação dos prazos contratualmente estipulados. Aparentemente, estas prorrogações resultaram de ajustes directos, não obstante os elevados interesses financeiros em jogo, já para não falar no interesse dos próprios utentes.

No que concerne ao Centro de Hemodiálise de Portalegre, concessionado ao sector privado em 1991, são reconhecidas, há inúmeros anos, as suas disfuncionalidades, nomeadamente no que respeita à degradação e inadequação do espaço físico. Esta situação traduziu-se na deslocação de muitos dos utentes a centros de hemodiálise alternativos, alguns deles a inúmeros quilómetros de Portalegre. Alguns dos doentes, bastante idosos e já fragilizados por outras debilidades físicas e sociais, viram-se, inclusive, obrigados a deslocar-se à região de Lisboa três vezes por semana para realizarem os seus tratamentos.

Em finais de 2006, foi lançado um concurso que visava não só a exploração privada dos serviços de hemodiálise, como a construção de raiz de um novo centro, e era anunciado, pelo Ministério da Saúde que, em 2008, Portalegre estaria «dotada com um novo Centro de Hemodiálise, podendo os seus utentes realizar os tratamentos com a dignidade merecida». Este concurso foi, contudo, objecto de suspensão, por parte do Ministério da Saúde (MS), na medida em que violava, flagrantemente, as regras básicas da Administração Pública e estava repleto de procedimentos pouco transparentes.

Em meados de 2007, foi promovido um novo concurso (Concurso Público n.º 170003/2007), tendo este sido alvo de contestação por parte de um dos potenciais concorrentes. Mais uma vez, o processo foi interrompido e o Ministério da Saúde ordenou a abertura de um novo concurso.

Em Março de 2008, o MS informa que a construção do novo Centro de Hemodiálise do Distrito de Portalegre poderia «estar concluído no primeiro trimestre de 2009». No entanto, em

resposta a uma das inúmeras questões que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda endereçou ao MS sobre a problemática dos serviços de hemodiálise em Portalegre, fomos igualmente informados de que o Conselho de Administração (CA) da ULSNA, EPE «não procedeu à abertura de qualquer concurso para o novo centro de hemodiálise em Portalegre», mas sim que o CA «já aprovou o programa funcional, encontrando-se em processo no Aprovisionamento para respectiva instrução e posteriormente abertura do Concurso».

Não obstante nunca se ter iniciado o lançamento de um novo concurso, no início de 2009, a comunicação social veio anunciar a construção de um novo Centro de Diálise, resultante de um acordo firmado entre a Câmara Municipal de Portalegre e a Fundação Renal. Posteriormente, esta última entidade veio a afirmar, também através da comunicação social, que iria promover a construção de 15 centros de hemodiálise, tendo, para esse efeito, assinado um acordo de concessão com o Ministério da Saúde.

Paradoxalmente, tivemos, entretanto, conhecimento de que também a Fresenius já construiu um centro de hemodiálise em Portalegre, de modo a disputar o mercado de doentes neste distrito, estando apenas a aguardar «algumas aprovações legais», de modo a poder iniciar actividade.

A forma como o Ministério da Saúde tem lidado com esta questão suscita-nos inúmeras preocupações. São vários os indícios de falta de transparência, atropelo às regras estipuladas nos concursos públicos, processos de decisão financeiramente penalizantes para o erário público e negligentes no que concerne à defesa dos interesses dos próprios utentes.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio solicitar ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes informações e documentos:

1. Ponto de situação de todos os contratos de exploração dos serviços de hemodiálise a nível

nacional, nomeadamente no que respeita às situações em que existiu prorrogação – incluindo forma de prorrogação e critérios tidos em conta;

2. Acordo para construção e gestão de um novo Centro de Hemodiálise em Portalegre, firmado entre a Câmara Municipal de Portalegre e a Fundação Renal;
3. Acordo de concessão alegadamente firmado, em Agosto de 2009, entre o Ministério da Saúde e a Fundação Renal, no que respeita à construção e/ou gestão de 15 centros de diálise em Portugal;
4. Acordos celebrados com a Fresenius relativamente à construção de um Centro de Hemodiálise em Portalegre.

Palácio de São Bento, 08 de Janeiro de 2009.

O Deputado

João Semedo